

## O pólo dominante de um governo contraditório

### Resumo

O presente texto contrapõe-se a “*Um governo contraditório*” (Revista da SEP, nº 12) argumentando que: 1) a simples constatação de contradições não tem qualquer utilidade; 2) a atual política econômica e as reformas estruturais expressam um processo, não tão recente, de submissão do PT ao neoliberalismo; 3) a eleição de Lula reafirmou o papel subalterno do Brasil na fase imperialista do capitalismo; 4) a sobrevida do velho padrão de extração de mais valia absoluta torna inviável o binômio “neoliberalismo com assistência social”; 5) não cabe aos marxistas legitimarem lideranças aliadas da oligarquia financeira, dificultando a emergência de lideranças verdadeiramente anti-capitalistas; 6) a crítica, sem a auto-crítica, repete velhas práticas stalinistas; 7) urge construir uma frente de oposição à oligarquia financeira e à aristocracia operária petista.

### 1) Introdução: percurso do texto

O livro escrito por Lênin, sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura dos Estados Unidos da América do Norte <sup>(1)</sup> questionou um trabalho cuja relevância não estava nas teses defendidas e sim no seu autor: “*vale a pena explicar detalhadamente por que elas são errôneas, quando se tem em conta que o Sr. Guimmer não é o primeiro a fazê-las, nem é o autor fortuito de um artigo fortuitamente publicado numa revista, mas sim um economista renomado que representa a tendência burguesa mais democrática, a mais à esquerda, do pensamento social russo e europeu*” (p. 2). Feitas as devidas e necessárias mediações o mesmo se aplica ao artigo escrito pelo Professor João Machado Borges Neto <sup>(2)</sup>. Não se trata de um artigo escrito por um autor fortuito e fortuitamente publicado numa revista qualquer. Trata-se de uma tese que vem se difundindo entre a esquerda brasileira e que foi exposta por um qualificado autor, numa qualificada revista (revista da SEP, junho de 2003). Há, aqui, um agravante: o autor não pode ser classificado como integrante de uma tendência burguesa. A filiação marxista do colega é tradicional, inegável, incontestável, o que torna, sob uma determinada perspectiva, mais urgente a crítica às teses ali contidas.

*Um governo contraditório* não se limita a comparar os discursos programáticos do Partido dos Trabalhadores (PT) com as medidas do governo Lula da Silva. O artigo

---

<sup>1</sup> Ver LÊNIN (1980).

<sup>2</sup> Ver BORGES NETO (2003).

tenta explicar, justificar e pedir apoio para a atuação das correntes marxistas que estão vinculadas ao Partido dos Trabalhadores, dando a entender que o governo do PT não sabe direito o que está fazendo: “*O grande risco, infelizmente, é que um governo que começou com enormes esperanças termine em grande frustração. Cabe aos economistas críticos da ortodoxia liberal intervir no debate esclarecendo o sentido da política econômica que vem sendo seguida e das opções que se colocam. Desta forma, talvez possam contribuir para a mudança necessária*” (3).

Os dados da FIBGE (4), relativos à renda média e à taxa de desemprego, desde o início do governo Lula da Silva, mostram um desastre. A renda média, em janeiro de 2003, relativamente à janeiro de 2002, caiu 10,4%. Nos demais meses de 2003, relativamente aos mesmos meses de 2002, têm-se os seguintes percentuais de queda: fevereiro: 11,9%; março: 7,2%; abril: 7,7%; maio: 14,7%; junho: 13,4%; julho: 16,4%. Não houve um único mês em que a renda média deixasse de ser expressivamente menor que no mesmo mês do ano anterior. A taxa de desemprego aberto, no ano de 2003, passou de 11,2%, em janeiro, para 11,6% em fevereiro, 12,1% em março, 12,4% em abril, 12,8% em maio, 13,0% em junho e 12,8% em julho. É evidente tendência de agravamento do desemprego. No artigo em tela, no entanto, “nem tudo está perdido”, ainda dá tempo para reverter a situação, desde que o verdadeiro programa de governo petista seja implementado. BORGES NETO (2003) é uma crítica construtiva ao governo Lula da Silva.

O presente texto faz o contraponto a *Um governo contraditório*, sob os pressupostos de que a prática é o critério da verdade e de que ela indica o pólo predominante, determinante da direção do processo em análise (5). O próximo capítulo, “Contraponto ao diagnóstico”, argumenta na seção “Coligação eleitoral: contradição ou expressão de identidade?” que o predominante na composição da coligação que elegeu Lula da Silva é um processo de “direitização” bem anterior à última eleição. Argumenta na seção “Equipe central do governo: contradição ou expressão de identidade?”, que a composição da equipe central, com os petistas na área social e o PSDB na área econômica, expressa a predominância desse processo de “direitização”. Argumenta na seção, “Transição: fase ou artimanha?” que, por conseguinte, a atual

---

<sup>3</sup> Ver BORGES NETO (2003; p. 25).

<sup>4</sup> Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vinculada ao Ministério do Planejamento. Esses dados foram reproduzidos na pág. B 7 da edição de 21/08/03 do jornal Folha de São Paulo.

<sup>5</sup> Dois exercícios exemplares de utilização desta metodologia estão em LÊNIN (1982) e em LÊNIN (1974).

política econômica, de cunho fortemente neoliberal, é definitiva. Em suma, o capítulo dois argumenta que não é a contradição ressaltada por BORGES NETO (2003) que limita a implementação do antigo programa de governo petista e sim um processo não tão recente de submissão ideológica ao neoliberalismo.

No capítulo seguinte, “Contraponto à proposta”, a seção “Destruição do estado nacional-desenvolvimentista e do pensamento crítico nas universidades” argumenta que a incultura, substrato do credo neoliberal e o medo da reação dos organismos internacionais, fundamentam as chamadas reformas estruturais do governo Lula da Silva. A autonomia do Banco Central e a reforma da previdência, aqui usados como exemplos, são as culminações do processo de “neoliberalização” tratado no capítulo anterior. A seção “Incompatibilidade entre o marxismo e o apoio ao governo Lula da Silva” argumenta que a proposta de se apoiar as correntes marxistas abrigadas no PT é inócua, em razão da inviabilidade do reformismo num país periférico e da bancada petista criticar mas não deixar de votar com o governo. A crítica “bem comportada”, para alguns <sup>(6)</sup>, é um veículo para disfarçar o apoio a lideranças hoje aliadas da oligarquia financeira. O resultado prático será dificultar a superação dessas velhas lideranças e limitar a emergência de lideranças verdadeiramente comprometidas com a classe operária. Os marxistas que apoiaram Lula da Silva estão devendo uma verdadeira autocrítica e um pedido de desculpas à classe operária.

O capítulo final, “Sumário”, apenas contém três frases que, de maneira sumaríssima, expressam o espírito da crítica contida neste texto.

## **2) Contraponto ao diagnóstico**

O presente capítulo é um contraponto à tese de João Machado Borges Neto, de que as contradições presentes na coligação que elegeu Lula e que permaneceram na equipe de governo estão impedindo a implementação do verdadeiro programa de governo petista, estão prolongando em demasia a transição do modelo de FHC para o modelo do PT.

### **2.1) Coligação eleitoral: contradição ou expressão de identidade?**

---

<sup>6</sup> Essa crítica, obviamente, não vale para o colega João Machado Borges Neto.

Há quase uma década atrás, na primeira vez em que Fernando Henrique Cardoso derrotou eleitoralmente Lula, dois importantíssimos quadros teóricos do Partido dos Trabalhadores, Francisco Weffort e José Álvaro Moisés, integrantes do círculo restrito que influenciava Lula e coordenadores da equipe que montou o programa de governo do PT passaram a fazer parte do ministério de FHC. Aqui não se cometerá a ingenuidade de supor que eles eram neófitos em política, não sabiam muito bem o peso da atitude que estavam tomando, que foram movidos pela vaidade, fascinados pelos altos cargos governamentais. O que para alguns foi uma inusitada mudança de “lado” (ressaltem-se as aspas), aqui não é interpretado como uma ação individual e isolada e sim como representação de uma corrente petista, indicando um processo importante de mudança ideológica. Assim, o que muitos viram como simples oportunismo, como explicitação de traços negativos de caráter, é aqui entendido como um ato político-ideológico tentando aproximar o PT da aliança PSDB/PFL.

Essa mudança ideológica pode dever-se a uma desilusão com o socialismo, provocada pela decadência da União Soviética e a queda do Muro de Berlim. Pode dever-se ao fato de que alguns passaram a entender que o imperialismo é invencível. Pode ser apenas uma explicitação do verdadeiro compromisso de classe, pois, durante muito tempo, no Brasil, ser de “esquerda” era um modo de adquirir prestígio social, de aparentar cultura e generosidade de caráter. O que importa, para os objetivos do presente texto, é que, por algum motivo, em algum momento não tão recente, passou a haver uma identificação entre uma ala petista e a linha política cujo marco inicial, no Brasil, foi o governo Collor e que três vezes derrotou o PT nas eleições presidenciais. Esse processo chegou ao dirigente máximo do PT. A explicitação do afastamento das correntes de esquerda culminou no debate televisivo durante a campanha eleitoral de 2002, quando Lula da Silva criticou o presidente Fernando Henrique Cardoso por não fazer reuniões ministeriais, deixando seus ministros muito “soltos”. Lula da Silva anunciou que faria reuniões periódicas com seus ministros, cobrando-lhes o cumprimento das metas por ele estabelecidas.

Essas palavras não são propriamente as de um presidente da república e sim as de um presidente de empresa. Elas expressam um relacionamento do presidente com seus ministros concebido como sendo o mesmo de um patrão com seus empregados. O ministro não é um companheiro político e sim mas um subalterno. A reunião não é realizada para compreender as dificuldades e ajudar o companheiro a implementar as políticas de governo e sim para cobrar resultados do subordinado. Essa entrevista,

portanto, já indicava claramente a perspectiva do futuro presidente. Se o candidato Lula já não pensava como líder político, o presidente Lula da Silva, conseqüentemente, agirá como patrão. Não surpreendem, portanto, as alianças políticas e as medidas do atual governo.

O distanciamento da esquerda também ocorreu com outros importantíssimos membros da alta direção do Partido dos Trabalhadores. O porta-voz da campanha eleitoral de Lula, André Singer, às vésperas da eleição, concedeu uma entrevista para a rádio CBN (das organizações Globo) dizendo que o então presidente do PT, José Dirceu, tinha ido aos EUA encontrar-se com assessores da Casa Branca e mostrar que o programa econômico do PT não afetaria negativamente o sistema financeiro. É sabido que todos que participaram da luta armada contra a ditadura militar no Brasil até hoje estão proibidos de entrar no território norte-americano. A surpreendente e inusitada viagem do presidente do PT, então, parece indicar o fim das restrições, do governo norte-americano, ao PT (<sup>7</sup>). Mais ainda, a recente declaração do Deputado Federal João Paulo, eleito pelo PT e em nome dele exercendo o cargo maior da Câmara Federal (<sup>8</sup>), a de que não havia oposição ideológica ao PSDB, havia apenas disputa de poder, consideradas as devidas mediações, apenas repete o episódio Weffort-Moisés e reforça a hipótese aqui defendida.

Esse processo parece não estar restrito à direção do PT. Ao longo de 2002, na lista de discussão por meio eletrônico da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) (<sup>9</sup>), não foram poucas as manifestações de colegas dizendo que não havia muito espaço para uma política econômica diferente da que vinha sendo implementada pelo governo do PSDB. Isso motivou uma mensagem enviada pelo autor do presente texto, indagando a razão pela qual o PT não se coligava com o PSDB? Mais ainda, em recente palestra proferida pelo autor deste texto, na Faculdade de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (FEA/PUC-SP), em comemoração ao dia do economista (13/08/03), uma colega (<sup>10</sup>) colocou uma questão que indica bem o ponto que aqui está sendo chamado à atenção: “qual a natureza do Partido dos Trabalhadores, que explica a facilidade com que o governo Lula implementa uma política tão diferente do programa histórico do PT?”.

---

<sup>7</sup> O que, obviamente, não exclui a existência eventual de contradições menores com os EUA.

<sup>8</sup> Pela tradição, o partido com a maior bancada indica quem será eleito Presidente da Câmara Federal.

<sup>9</sup> O sítio é <http://www.SEP.ORG.BR> e o endereço da lista é [sep@race.nuca.ie.ufrj.br](mailto:sep@race.nuca.ie.ufrj.br)

<sup>10</sup> Rosa Maria Marques, professora FEA/PUC-SP e ex-presidente da SEP.

O amplo espectro político da coligação eleitoral que elegeu o candidato petista, “*uma coligação que incluiu um partido claramente de direita, o PL (Partido Liberal), que nas disputas estaduais apoiou (oficialmente!) alguns dos candidatos mais conhecidos da direita brasileira: Paulo Maluf e Antônio Carlos Magalhães; o vice-presidente, José Alencar, filiado ao PL, é um grande industrial, e foi escolhido justamente por isto, com o objetivo de quebrar as resistências dos empresários a Lula e de trazer apoio nesta área*”<sup>(11)</sup>, por conseguinte, não expressa uma contradição e sim identidades ideológicas com o governo anterior e, assim, explicam o abandono do tradicional programa petista. A entrega, para o PSDB, da área econômica do governo Lula da Silva é a culminação desse processo de identificação PT/PSDB/PFL/PL.

## **2.2) Equipe central do governo: contradição ou expressão de identidade?**

BORGES NETO (2003) registra que “*o núcleo do governo é inteiramente petista*”<sup>(12)</sup> mas “*a área econômica tem vínculos e orientações predominantes que diferem dos outros setores do governo Lula*” e essa área econômica “*vem implementando e defendendo um programa oposto ao que serviu de base à campanha*”<sup>(13)</sup>

A “*equipe central de governo*” conta com trinta e cinco membros. Vinte deles “*são filiados ao PT*”, sete pertencem aos “*partidos da coligação do segundo turno (PL, PC do B, PDT, PPS, PSB, PTB e PV)*” e sete “*não são filiados a partidos políticos*”. No que se refere à ala petista da equipe central, vinte integrantes “*pertencem ao chamado <campo majoritário> do PT*”, três têm “*posições intermediárias entre o campo majoritário e a esquerda do partido*”, três integram as “*correntes de esquerda do PT*” e dois têm “*filiação recente*”. A conclusão de BORGES NETO (2003) é que “*a equipe de governo tem mais predominância do PT do que se esperava. Não apenas pelo número de ministros e secretários de Estado, mas também pela importância dos cargos – o núcleo do governo é inteiramente petista*”<sup>(14)</sup>.

Se o núcleo do governo é inteiramente petista, não haveria por quê o autor lamentar que “*o ministério terminou sendo mais <amplo> (no sentido de incluir mais do que a coligação que apoiou Lula no 2<sup>o</sup> turno) do que se poderia esperar*”<sup>(15)</sup>.

<sup>11</sup> Ver BORGES NETO (2003; p. 8).

<sup>12</sup> Ver BORGES NETO (2003; p. 10).

<sup>13</sup> Ver BORGES NETO (2003; p. 24).

<sup>14</sup> Ver BORGES NETO (2003; p. 10), o grifo é meu.

<sup>15</sup> Ver BORGES NETO (2003;p. 11).

BORGES NETO (2003), objetivamente, não dá a devida importância à questão de predominância de um dos pólos da contradição do governo petista. A contradição, assim, transforma-se na fonte da limitação para a implementação do tradicional programa de governo petista.

Quantidade não é, necessariamente, sinônimo de qualidade. Em todo governo existem alas opostas, tendências políticas conflitantes. Todo governo tem duas partes: a que manda e a que obedece. A que manda, é sempre a área econômica. O governo Lula da Silva não foge à regra: quem dá a tônica é a área econômica. É a área econômica, portanto, que deve ser objeto de preocupação para a análise aqui realizada. Não é por acaso, evidentemente, que a frustração do autor vem do fato de a “ampliação” ter ocorrido na área econômica.

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior “*apoiaram a candidatura do candidato derrotado do governo, José Serra*”<sup>(16)</sup>. O quadro no Ministério da Fazenda não é diferente. O presidente do Banco Central, um deputado federal eleito pelo PSDB, manteve toda a diretoria herdada do governo anterior e “*tanto na <sabatina>*<sup>(17)</sup> *no Senado quanto no seu discurso de posse e em todas as declarações posteriores, expressou completa identidade com a política de Armínio Fraga* <sup>(18)</sup>”<sup>(19)</sup>. Os titulares da Secretaria da Receita Federal e da Secretaria do Tesouro Nacional “*participaram do governo FHC*”. O titular da Secretaria de Assuntos Internacionais defendeu “*na imprensa ao longo de 2002 a política do BC*”. O titular da Secretaria de Política Econômica é “*conhecido como um dos mais importantes economistas liberais da nova geração*”<sup>(20)</sup>. O titular da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda, apesar de ser militante do PT com tradição entre os economistas do partido, “*foi um dos signatários do documento Política Econômica e Reformas Estruturais ... de conteúdo fortemente neoliberal*”<sup>(21)</sup>. Mudança na equipe mesmo só aconteceu no Ministério do Planejamento, mas não teve qualquer resultado relevante pois a nova equipe “*não apresentou uma política diferente*”<sup>(22)</sup> da que está sendo executada.

---

<sup>16</sup> Ver BORGES NETO (2003; p. 10).

<sup>17</sup> O presidente do Bacen, para tomar posse, precisa ser aprovado pelo Senado Federal. Popularmente diz-se que ele precisa ser “sabatinado pelos senadores”.

<sup>18</sup> Presidente do Bacen no governo de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB.

<sup>19</sup> Ver BORGES NETO (2003; p. 11).

<sup>20</sup> Ver BORGES NETO (2003; p. 12).

<sup>21</sup> Ver BORGES NETO (2003; p. 26).

<sup>22</sup> Ver BORGES NETO (2003; p. 12).

O titular do Ministério da Fazenda, obviamente, vem dos quadros petistas e é o responsável pela política econômica que *“tem manifestado forte continuidade com a do segundo mandato de F. H. Cardoso. /.../ A política de taxas de juros elevadas foi mantida /.../ a <responsabilidade fiscal> foi reforçada /.../ o que obrigou cortes importantes até mesmo nos gastos sociais /.../ aspectos da política do governo anterior tem sido igualmente defendidos /.../ a continuidade da privatização dos bancos públicos estaduais e a concessão de <autonomia operacional> para o Banco Central. /.../ Além disso, a Carta de Intenção enviada ao FMI (datada de 28 de fevereiro) segue o mesmo modelo das do governo anterior”* (23).

O descuido com a questão da predominância de um dos pólos da contradição se manifesta, também, quando o autor diz que *“a área econômica tem vínculos e orientações predominantes que diferem dos outros setores do governo Lula”*, quando ele reafirma que essa área econômica *“vem implementando e defendendo um programa oposto ao que serviu de base à campanha”* mas reconhece que isso *“não se trata, é claro, de uma posição isolada da área econômica: ela tem recebido um apoio decidido do presidente”* (24).

O núcleo petista do governo, aparentemente majoritário, não passa de um adorno, de uma maneira de fingir que o velho programa popular não foi plenamente descartado, de esconder que a direita e a política da oligarquia financeira são a tônica do governo Lula da Silva. Se assim não for, como explicar as freqüentes reclamações por recursos financeiros, provenientes dos ministros da chamada área social, sob comando dos petistas, alertando que isso os impede de implementar os programas sociais? Seria lícito dizer que elas não passam de “choradeira de políticos incompetentes e gastadores”? A resposta, aqui, é obviamente, que o “núcleo petista” não tem o comando do governo Lula da Silva, que esse comando está sendo operado pelo PSDB em nome da oligarquia financeira.

A ampliação, para a direita, do espectro político da coligação que elegeu Lula da Silva e a entrega da área econômica para o PSDB fazem parte de um mesmo movimento, indicam uma importante mudança ideológica na direção e na militância petistas, iniciada há, pelo menos, cerca de uma década atrás. Um núcleo central petista, cuidando da área social, e uma equipe “tucana”, cuidando da área econômica, um “neoliberalismo com assistência social” parece ser o traço característico do governo

<sup>23</sup> Ver BORGES NETO (2003; p. 20).

<sup>24</sup> Ver BORGES NETO (2003; p. 24), o grifo é meu



Lula da Silva. A política econômica e as reformas estruturais de cunho fortemente neoliberal, atualmente implementadas, deverão caracterizar todo o período do governo chefiado pelo ex-líder operário.

### 2.3) Transição: fase ou artimanha?

BORGES NETO (2003) diz que *“por mais que o PT viesse passando por um processo de moderação crescente ao longo dos últimos anos”* a primeira versão do programa de governo do PT, intitulada *“Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil”* <sup>(25)</sup>, aprovada na instância superior do Partido dos Trabalhadores, o seu XII Encontro Nacional, realizado em dezembro de 2001, era um documento *“em linha com as formulações históricas do partido”* <sup>(26)</sup>.

A idéia de um período de transição, segundo BORGES NETO (2003), surgiu no documento *“Carta ao Povo Brasileiro”* <sup>(27)</sup>, elaborado em junho de 2002, escrito com o objetivo de *“tranqüilizar os mercados”*. O candidato Lula, *“sob pressão do ambiente de incertezas motivado por intensa especulação contra o real e os títulos brasileiros”* <sup>(28)</sup> divulgou um documento em que procurava *“apresentar uma face mais moderada”*, falando de *“um período de transição entre a situação herdada e a plena implementação”* <sup>(29)</sup> do programa aprovado seis meses antes. O novo modelo de desenvolvimento, então, não mais seria o *“produto de decisões unilaterais de governo”*, mas seria *“fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar crescimento com estabilidade”*. O significado dessa transição é inequívoco: *“um período de <mudança gradual e negociada> entre o modelo vigente e o novo modelo desejado”* <sup>(30)</sup>.

O Diretório Nacional do PT, então, no mês seguinte, em julho de 2002, no documento *“Programa de Governo 2002 da Coligação Lula Presidente, Um Brasil para Todos”* <sup>(31)</sup>, ao contrário do esperado, deixou de detalhar o que tinha sido aprovado pelo Encontro Nacional ocorrido ao final do ano anterior. Esse novo documento, coerentemente à idéia de uma negociação que conduza a um novo pacto social,

<sup>25</sup> Disponível em <http://www.lula.org.br/obrasil/documentos.asp>

<sup>26</sup> Ver BORGES NETO (2003; p. 13), o grifo é meu.

<sup>27</sup> Disponível em <http://www.lula.org.br/obrasil/documentos.asp>

<sup>28</sup> Ver BORGES NETO (2003; p. 17).

<sup>29</sup> Ver BORGES NETO (2003; p. 13).

<sup>30</sup> Ver BORGES NETO (2003; p. 17).

<sup>31</sup> Disponível em <http://www.lula.org.br/obrasil/documentos.asp>

“assinala uma clara preocupação com evitar temas mais <radicais>”<sup>(32)</sup>. Dessa maneira, os “conceitos de <ruptura global com o atual modelo econômico> ou de <revolução democrática> estão ausentes. /.../ Outra idéia que pode ser considerada <radical> não aparece: a do controle dos fluxos internacionais de capital”<sup>(33)</sup>. A moderação no discurso, segundo BORGES NETO (2003), “não aconteceu tanto por ele defender uma concepção diferente do texto das ‘Diretrizes’, e sim por ele não explicitar algumas das conseqüências mais <radicais> da concepção defendida”<sup>(34)</sup>.

A moderação dos discursos apenas expressa um movimento real dentro do PT que foi reconhecido por BORGES NETO (2003), mas não recebeu a devida ênfase na sua análise. Não é demais repetir a citação acima reproduzida: “por mais que o PT viesse passando por um processo de moderação **crecente** ao longo dos últimos anos”<sup>(35)</sup>. Uma atenção maior para esse ponto permitiria a consideração de que o período de transição não foi introduzido em resposta à pressão do mercado. Essa pressão atuou apenas como efeito acelerador de um processo de “direitização” (“moderação **crecente**”). Ela permitiu a explicitação de um processo que levou à ampliação do espectro político da coligação que elegeu Lula da Silva presidente da república. Serviu de pretexto para a entrega da área econômica para o PSDB operar em nome da oligarquia financeira.

É por essa razão que o Ministro da Fazenda, que vem recebendo apoio integral do Presidente da República, está correto ao negar qualquer alteração na política econômica do governo Lula da Silva. É por isso que, a BORGES NETO (2003), cabe apenas registrar que “segundo o pensamento do ministro” e do presidente, acrescentamos nós, não há qualquer “transição no (que diz) respeito aos <princípios básicos da política econômica>. O <novo regime> já começou; o <período de transição> consiste apenas no tempo necessário para a superação das dificuldades de curto prazo, **não constitui uma fase de mudança de modelos econômicos**”<sup>(36)</sup>. A política econômica implementada será, segundo as intenções do ministro, do presidente e da oligarquia financeira, definitiva.

---

<sup>32</sup> Ver BORGES NETO (2003; p. 19).

<sup>33</sup> Ver BORGES NETO (2003; p. 19).

<sup>34</sup> Ver BORGES NETO (2003; p. 20).

<sup>35</sup> Ver BORGES NETO (2003; p. 13), o grifo é meu.

<sup>36</sup> Ver BORGES NETO (2003; p. 21), o grifo é meu.

A “<transição> entre ciclos históricos, centrada no ajuste fiscal, ocupará todo o mandato do presidente Lula, o eventual segundo mandato, e ainda irá além”<sup>(37)</sup>. A verdadeira face do governo Lula da Silva é a que combina uma política econômica de interesse da oligarquia financeira com os programas sociais do núcleo petista do governo. O slogan que expressa adequadamente essa face é o “neoliberalismo com assistência social”. Isso mostra, desde logo, o desconhecimento e/ou o esquecimento do que foi feito nos governos anteriores. Quem já se esqueceu que o social-liberalismo era a tese defendida pelo governo Collor de Melo? Sendo assim, ao invés de mudar os rumos do país, Lula da Silva apenas aprofunda uma política iniciada por quem, há anos atrás, derrotou-o eleitoralmente, ou melhor, aprofunda uma política implementada pelos que lhe impuseram três derrotas eleitorais sucessivas.

Cabe, então, lembrar que, ao optar pelo neoliberalismo com assistência social, Lula da Silva parece desconsiderar que a vitória eleitoral baseada na crítica aos governos anteriores pode estar indicando o esgotamento do modelo que ele pretende aprofundar.

### **3) Contraponto à proposta**

O presente capítulo fará o contraponto a proposta de João Machado Borges Neto para que os economistas que se opõem à ortodoxia liberal exponham suas críticas e assim contribuam para as mudanças necessárias no governo Lula da Silva.

#### **3.1) Destruição do estado nacional-desenvolvimentista e do pensamento crítico nas universidades**

O que o governo Lula da Silva afirma ser fundamental para o desenvolvimento do país, as chamadas reformas estruturais, não passam de um conjunto de medidas para gerar caixa e honrar os compromissos assumidos pelo governo que, na campanha eleitoral, o candidato Lula tanto criticou. O governo Lula da Silva tem demonstrado identificar os interesses do país com os do “mercado”. Para se ter desenvolvimento, antes de se ter boas escolas, bom serviço de saúde para a população, segurança para os cidadãos, é preciso garantir a rentabilidade dos aplicadores financeiros que fizeram

---

<sup>37</sup> Ver BORGES NETO (2003; p. 22).

conosco investimentos altamente especulativos, com elevadíssimo risco, expressos nas altíssimas taxas de juros que nos cobraram para fornecerem os recursos.

Eles nos cobraram prêmios elevadíssimos de risco, mas nós lhes garantimos risco zero, mesmo que seja necessário descaracterizar o programa Fome Zero, a reforma agrária e outras tradicionais “bandeiras” políticas do partido que venceu as eleições <sup>(38)</sup>. Nessas condições, o slogan que melhor expressaria a atuação do governo Lula da Silva, nesses seis primeiros meses, não seria o “Fome Zero”, mas seria o “Risco Zero para o Imperialismo”.

A resposta padrão para essa crítica é: “mas se assim não o for, se não honrarmos os compromissos com o mercado, as conseqüências serão muito piores”. Tal resposta, simplesmente, ignora a história recente. Ignora o medíocre desempenho econômico deste país, desde o governo Collor, que inaugurou a política seguida pelos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva. Ignora, ademais, que o governo Lula está agravando a situação, batendo recordes de desemprego, de queda no crescimento econômico, de queda nas vendas e nos investimentos. Ignora, ainda, que, apesar da obediência cega do atual governo aos ditames do mercado, o investimento estrangeiro direto não pára de cair. Anos de fracasso, aqui e no exterior, como mostrado no texto de Perry Anderson fazendo um balanço do neoliberalismo <sup>(39)</sup>, parecem nada ter ensinado aos adoradores da ideologia neoliberal. As medidas tomadas pelo governo Lula parecem confirmar a tese de ANDERSON (2000), a de que a maior vitória do neoliberalismo foi no campo da ideologia.

Note-se que não é preciso recorrer à literatura marxista para fazer a crítica do chamado neoliberalismo, que não passa de novo nome para velhas teses.. Um defensor da economia de mercados, como Karl Polany <sup>(40)</sup>, mostra a falta de fundamentação científica para a afirmação de Adam Smith, de que o homem tem uma inerente propensão para troca. Isso torna o sistema de mercados auto-reguláveis um simples credo. A grande transformação foi produzida pelas máquinas complexas, sofisticadas,

---

<sup>38</sup> Matéria do Jornal Folha de São Paulo, edição de 09/06/03, p. A 4, informa que nenhum centavo tinha sido liberado pelo governo petista para comprar alimentos produzidos pela agricultura familiar, apesar da previsão orçamentária de R\$ 400 milhões. Essa mesma matéria informa que, de cada R\$ 20,00 destinados ao Fome Zero, neste ano, o governo Lula da Silva tinha gastado menos de R\$ 1,00. Mais ainda, o Programa tinha gastado uma quantia maior distribuindo cestas básicas aos sem terra do que a quantia que tinha sido repassada, mediante o cartão-alimentação, para as famílias dos municípios do semi-árido nordestino; o que sugere uma tentativa de utilização do Fome Zero como instrumento de cooptação de movimentos populares.

<sup>39</sup> Ver ANDERSON (2000).

<sup>40</sup> Ver POLANY (2000).

caras, que, para serem rentáveis, não podem ter limitações para operarem em grande escala. Nada, portanto, pode/deve interferir no funcionamento dos mercados. Resulta daí que até o homem (sob o nome de trabalho) e a natureza (sob o nome de terra) têm que estar disponíveis para compra/venda. A vida, então, passa a ser produzida nos mercados auto-reguláveis. Viver, segundo POLANY (2000), é subsumir-se aos mercados auto-reguláveis. Mesmo autores recentes, como Joseph Stiglitz, um dos principais assessores econômicos do Presidente Bill Clinton, num livro sobre os impactos da globalização <sup>(41)</sup>, mostra como o ideário neoliberal, implantado por exigência de organismos internacionais, serve como instrumento de política externa dos EUA, serve como mecanismo para beneficiar as empresas dos EUA. STIGLITZ (2002) mostra, também, que o receio da reação desses organismos internacionais explica porque tais medidas são implantadas em países onde os governantes têm pleno conhecimento das suas deletérias conseqüências.

Não há espaço para uma ampla crítica das medidas adotadas pelo governo Lula da Silva. Razão pela qual apenas duas reformas consideradas prioritárias para o desenvolvimento serão comentadas: a reforma da previdência e a autonomia do Banco Central. Elas, no entanto, são suficientes para mostrar o quanto o governo petista está submisso ao neoliberalismo.

Na sanha de atender ao mercado, com a autonomia do Banco Central, o governo Lula vai retirar do Estado a capacidade de fazer política econômica para defender o nível de atividade econômica. O principal valor não é mais o crescimento econômico, a geração de emprego, a redução da miséria. O principal valor é a defesa, ou melhor, a estabilidade do valor da moeda <sup>(42)</sup>. Dela é que, segundo os ideólogos do governo Lula, advirão aqueles benefícios para a população. A condição básica para crescer, portanto, é ser bem visto pelo mercado, especialmente, pelo mercado financeiro. Em outras palavras, desenvolvimento econômico não é mais tarefa do governo e sim do mercado.

A dimensão de eliminação da capacidade do Estado para intervir na realidade também está presente na reforma da previdência por quê retira os atrativos para a carreira de servidor público, inclusive na docência <sup>(43)</sup>. Duas conseqüências prováveis

---

<sup>41</sup> Ver STIGLITZ (2002).

<sup>42</sup> POLANY (2000) diz que a criação do Banco Central foi uma defesa das organizações produtivas contra a ficção da mercadoria-dinheiro e atribui à fixação na estabilidade do valor da moeda a responsabilidade pela instabilidade política internacional do início do século XX. Essa obra permite perceber o caráter reacionário, no sentido histórico-filosófico, da concessão da autonomia ao Banco Central.

<sup>43</sup> O colega Manoel Luiz Malaguti, Professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), tem colocado, na lista da SEP, textos notáveis, ora mostrando as mistificações, ora mostrando as mentiras,

são a extinção dos servidores públicos de estilo “weberiano” e criação de enormes dificuldades para a formação e o desenvolvimento do pensamento crítico no país. Com as notáveis exceções das Pontifícias Universidades Católicas (PUCs), que escola privada permitirá a crítica à mercadoria, à propriedade privada e ao estado? O Brasil não é um país de “primeiro mundo” e, portanto, o professor que criticar a economia de mercado, a empresa privada, será simplesmente demitido.

### 3.2) Incompatibilidade entre o marxismo e o apoio ao governo Lula da Silva

O programa econômico do PT fundamenta-se no consenso quanto à conclusão do processo de constituição de forças produtivas capitalistas<sup>(44)</sup>, como dizem alguns, ou do chamado processo de substituição de importações<sup>(45)</sup>, como dizem outros. A economia brasileira, então, com a predominância do padrão de extração de mais valia relativa, estaria livre para crescer, seja pelo estímulo de políticas de criação de demanda efetiva (políticas keynesianas), seja pelo estímulo do mercado. Em outras palavras, o programa econômico do PT admite haver espaço para o reformismo, para o neoliberalismo com assistência social.

Não há aqui espaço para detalhar os argumentos que fundamentam a contestação à tese da viabilidade do reformismo na economia brasileira<sup>(46)</sup>. Apenas os principais serão referenciados<sup>(47)</sup>. O baixo peso absoluto e relativo do setor de bens de capital, numa industrialização “atrasada”, impede um crescimento auto-sustentado, uma vez que investimentos neste setor não conseguem gerar demanda dentro dele mesmo e muito menos no resto da indústria<sup>(48)</sup>. O parque industrial brasileiro foi completado com uma

---

contidas na defesa da reforma da previdência feita pelo governo petista. Num texto intitulado *A luta dos servidores deve continuar?*, ele mostra que a afirmativa de que a “negociação” garantiu a aposentadoria integral e a paridade nas reposições salariais de ativos e inativos é uma mentira mistificadora porque os próximos aposentados não terão seus rendimentos reajustados em consonância com os da ativa, uma vez que o reajuste incidirá apenas sobre o salário-base, deixando de lado gratificações e adicionais. Não é difícil, portanto, prever o resultado destes reajustes desiguais: em pouco tempo o poder de compra das aposentadorias se deteriorará, pois o salário-base é significativamente inferior ao valor dos rendimentos totais. Ver MALAGUTI (2003). Isso faz lembrar Guy Debord, no *A sociedade do espetáculo*, que chama a atenção para a diferença entre enganador e falacioso. Enganador é uma palavra genérica e vaga. Todos os tipos de sinais e aparências incertas são enganadores. Falacioso é o que é feito para enganar, iludir, levar ao erro. Designa a falsidade, a patifaria e a impostura estudada. Ver DEBORD (1997).

<sup>44</sup> Ver MELLO (1982).

<sup>45</sup> Ver CASTRO (1985).

<sup>46</sup> Esses argumentos tiveram um tratamento mais abrangente em SOARES (2003) e foram apresentados, ao longo de 2002, na Lista de Debates da SEP.

<sup>47</sup> Esses argumentos, relativos às questões estruturais da economia brasileira, estão em linha com a tese de István Mészáros sobre o esgotamento das políticas reformistas. MÉSZÁROS (2003) argumenta que as políticas keynesianas tratam de aspectos conjunturais e a questão básica, agora, do capitalismo, é sua crise estrutural.

<sup>48</sup> Ver TAVARES & BELLUZZO (1982).

matriz tecnológica superada e não se tem como financiar sua renovação <sup>(49)</sup>. Os ganhos de produtividade no departamento de bens de produção, na economia brasileira, não são transferidos para o departamento de bens de consumo <sup>(50)</sup>. Em suma, ao contrário do afirmado na maioria esmagadora da literatura de economia brasileira, no Brasil, ainda não predomina o padrão de extração de mais valia relativa <sup>(51)</sup>. Não há, portanto, espaço para políticas reformistas, como as propostas no histórico programa de governo do PT <sup>(52)</sup>.

Não há espaço aqui para se discutir as características da fase monopolista do capitalismo, que foram analisadas por Lênin <sup>(53)</sup> e por Bukharin <sup>(54)</sup>. O ponto relevante para o presente texto é que, na atual divisão internacional do trabalho, em meio a essa crise mundial, cabe ao Brasil gerar recurso que apóiem os países centrais. Responsabilidade fiscal e respeito a compromissos são eufemismos para o papel subalterno que nos cabe na fase imperialista do capitalismo. A ida para o governo implica, necessariamente, estar disposto a implementar as políticas econômicas e as reformas neoliberais exigidas pelos credores. Gerar caixa para transferir recursos para o centro do poder é um imperativo da ordem internacional. A intensidade, cabe enfatizar, vai depender, obviamente, das condições políticas domésticas e internacionais, mas o sentido da política econômica é claro: dar “suporte” para o Centro Imperial. Explica-se assim a “força” do Ministro da Fazenda e o decidido apoio do Presidente da República <sup>(55)</sup>.

Quando se olha para o pólo dominante, desfaz-se o paradoxo. Entende-se, assim, a contradição de um “petista” comandando uma equipe econômica “tucana”. Entende-se, desse modo, porque é tão fácil para esse ministro implementar uma política

---

<sup>49</sup> Ver GOLDENSTEIN (1994).

<sup>50</sup> Ver CASSEB (1995).

<sup>51</sup> O valor da produção do composto que, em CASSEB (1995), representa o departamento de bens de consumo (produtos alimentares, vestuário, calçados, bebidas e têxtil) cresceu, sistematicamente, entre 1970 e 1980, multiplicando-se por três entre o primeiro e o último ano desse período. De 1980 em diante, a tendência de queda é evidente, chegando em 1992 e em 1993 abaixo do valor que tinha em 1976. O “arrocho salarial”, pagar abaixo do valor, como a autora mostra, não é fruto de alguma maldade especial da burguesia brasileira e sim do perfil de investimentos dessa economia. Entende-se, assim, porque, segundo os dados da FIBGE, 2/3 dos que têm algum rendimento, seja nos mercados formal ou informal, ganham até três salários mínimos de renda mensal.

<sup>52</sup> Essa tese, da inviabilidade do reformismo, com argumentos diferentes, também foi defendida, na Lista de debates da SEP, ao longo de 2002, pelo colega Jason Tadeu Borba, professor de economia na FEA/PUC-SP e editor do sítio [www.geoeconomia.com](http://www.geoeconomia.com), uma visita obrigatória para os que se interessam por marxismo.

<sup>53</sup> Ver LÊNIN (1979).

<sup>54</sup> Ver BUKHARIN (1988).

<sup>55</sup> Cabe, mais uma vez, registrar que essa tese também tem sido defendida na Lista da SEP pelo colega Jason Borba.

econômica que não condiz com o programa histórico do PT. Entende-se por que o governo Lula da Silva, nos cinco primeiros meses de existência, não gastou um só centavo do dinheiro reservado no Orçamento para ser utilizado em saneamento, habitação ou organização agrária, no ano de 2003. Entende-se por que, nesse mesmo período, o governo do PT gastou somente 1% do que estava previsto no orçamento para ser utilizado em investimentos (<sup>56</sup>).

Propostas como as contidas em BORGES NETO (2003), de retomar o velho programa reformista de um pretenso governo petista, por conseguinte, estão fadadas ao insucesso. Críticas construtivas ao governo do ex-líder operário, ao governo Lula da Silva, conseqüentemente, são ineficazes.

É preciso registrar que os petistas estão começando a produzir manifestos criticando a política econômica do governo Lula da Silva (<sup>57</sup>). O primeiro traço a ressaltar é que, fugindo à tradição do PT, de fazer críticas “ferozes”, esses manifestos fazem críticas “bem comportadas”, suaves, elegantes. Criticam a política implementada pelo Ministro da Fazenda, mas preservam o Presidente da República e o PT, o que, no mínimo, peca pela ingenuidade! Ou será que o presidente é “escravo” do seu ministro? Como à ninguém é dado o direito de subestimar a liderança e a capacidade de comando de Lula da Silva, criticar a política do ministro mas preservar o presidente e o PT só mostra que esses “críticos” estão tentando esconder a própria responsabilidade pelo estado atual de coisas. Como se o apoio à eleição de Lula da Silva não os fizessem igualmente responsáveis pela política que está sendo implementada. A alegação de que é preciso tomar cuidado para não dar “espaço para a direita”, finge ignorar que o que faz o “jogo da direita” é a fraca oposição ao governo Lula da Silva. Esses manifestos “bem comportados”, portanto, na prática, são uma maneira “envergonhada” de continuar dando apoio a um governo que não pára de tomar medidas de interesse da oligarquia financeira.

A tarefa da esquerda não é lutar dentro do PT, pois até a parte da bancada petista alcunhada de “radical”, pela chamada grande imprensa, alardeia críticas à política econômica e às reformas do governo Lula da Silva, mas na hora da votação, “contraditoriamente”, se abstém ou mesmo vota com o governo. Com a demagogia no discurso crítico mas realismo no voto subserviente, a quem será que essa bancada imagina estar enganando?. A tarefa dos marxista é formar uma verdadeira oposição,

---

<sup>56</sup> Ver matéria publicada na página A 8 da edição de 11/06/03 do jornal Folha de São Paulo.

<sup>57</sup> O colega Jason Borba, foi o primeiro, na Lista de Debates da SEP, a chamar a atenção para esse ponto.



uma oposição que mobilize a sociedade para agir energicamente contra a frente burguesa que, sob o comando do PT, aos seus satélites (PC do B; PSB; PPS e PV) agrega o PL, o PTB e o PP e finge ter a oposição do PSDB e do PFL.

Georg Lukács, num texto recentemente descoberto (<sup>58</sup>), ao qual o autor jamais fez qualquer referência, diz que a tese contida no clássico *História e Consciência de Classe* (<sup>59</sup>) é a de que a posição na estrutura econômica não determina imediatamente a consciência dos trabalhadores. Os mecanismos ideológicos fazem com que haja uma distância entre a sua consciência e a que deve derivar da sua existência como ser social. A eliminação dessa distância não se dá pelo ensino de teoria, mas pela luta política, pela ação, pela prática do conflito revolucionário. O partido leninista, por conseguinte, é a conseqüência natural do marxismo. A fragilidade ou a combatividade da classe operária explica-se, em larga medida, pela fragilidade ou pela combatividade do seu partido, ou melhor, da sua liderança. Os argumentos de que as forças produtivas não estão suficientemente desenvolvidas para permitir a transição para o socialismo e/ou de que a classe operária não está madura o suficiente para essa transição, conseqüentemente, segundo LUKÁCS (2000), não justificam a vacilação, das lideranças, frente à burguesia. Por quê, então, os marxistas tentam preservar Lula e outros líderes petistas que estão implementando a política econômica da oligarquia financeira? Por quê eles estão perdendo a oportunidade de destruir essas velhas lideranças, hoje completamente aburguesadas? Por quê esses marxistas estão jogando fora a oportunidade para o surgimento de novas lideranças, verdadeiramente comprometidas com a classe operária? A tarefa dos marxistas é construir uma oposição que se comporte como sugerido por Michael Hardt e Antonio Negri (<sup>60</sup>): tornar um “inferno” a vida dos dominadores.

Não poucos marxistas apoiaram a eleição do candidato Lula e fizeram campanha eleitoral dizendo que a vitória do PT mudaria ou, pelo menos, seria um começo de mudança nas “coisas neste país”. As medidas que vêm sendo tomadas no governo Lula da Silva deixam claro o tamanho do erro cometido. Não é demais repetir: “foi um erro abismal”! Foi um erro que coloca em dúvida o estatuto teórico de alguns que se imaginavam leitores atentos da literatura marxista. A discussão sobre “frente ampla versus frente de esquerda”, tão viva nos anos setenta e oitenta, não pode, hoje, ser

---

<sup>58</sup> Ver LUKÁCS (2000). Uma das grandes surpresas desse texto, escrito provavelmente em 1925/26, é ferir a sustentação da tese de que o grande marxista húngaro é o precursor da Escola de Frankfurt. Essa tese, que agora se percebe equivocada, está presente em COLLETTI (1972) e melhor sumariada em TAMBOSI (1999).

<sup>59</sup> Ver LUKÁCS (1976).

<sup>60</sup> Ver HARDT & NEGRI (2000).

“jogada para baixo do tapete”. Esses marxistas, portanto, estão devendo uma verdadeira autocrítica e um pedido de desculpas, as únicas maneiras mostrar dignidade e respeito à classe operária.

#### 4) Sumário

Combinando-se os ensinamentos de Perry Anderson (<sup>61</sup>) com os de Karl Polany (<sup>62</sup>), pode-se afirmar que a incultura que leva à vitória ideológica do credo neoliberal está presente, com toda força, na concepção que norteia o governo Lula. Adicionando-se os ensinamentos de Joseph Stiglitz (<sup>63</sup>), pode-se dizer que, ao contrário do slogan que pedia votos para o candidato Lula, o medo venceu a esperança. Adicionando-se, ainda, os ensinamentos de Georg Lukács (<sup>64</sup>), pode-se dizer que o apoio ao governo Lula da Silva expressa a fragilidade teórica das lideranças do proletariado, o que explica, em grande parte, a fragilidade política do próprio operariado.

#### Bibliografia citada

- ANDERSON, P.(2000). “*Balanço do Neoliberalismo*”. in Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático, Emir Sader & Pablo Gentili (orgs.). 5<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BORGES NETO, J. M. (2003). “*Um governo contraditório*”. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, n<sup>o</sup> 12, ano 6, junho de 2003. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- BUKHARIN, N. I. (1988) O imperialismo e a economia mundial - esboço econômico, 3a. ed., São Paulo, Nova Cultural (Os economistas).
- CASSEB, N. C. B. (1995). Perfil dos investimentos e distribuição de renda na economia brasileira (1970-1993), Tese de Doutorado (Economia). São Paulo: FEA/USP.
- CASTRO, A. B. de (1985). “Ajustamento e transformação: a economia brasileira de 1974 a 1984”, in A economia brasileira em marcha forçada, A. B. de Castro & F. E. P. de Souza, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- COLLETTI, L. (1972). “From Hegel to Marcuse”. in From Rousseau to Lenin: studies in ideology and society. New York / London: Monthly Review Press.
- DEBORD, G. (1997). A sociedade do espetáculo. 2<sup>a</sup> ed, Rio de janeiro: Contraponto.
- GOLDENSTEIN, L. (1994) Repensando a dependência, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HARDT, M. & NEGRI, A. (2000). Empire. Cambridge/London: Harvard University Press.

---

<sup>61</sup> Ver ANDERSON (2000).

<sup>62</sup> Ver POLANY (2000).

<sup>63</sup> Ver STIGLITZ (2002).

<sup>64</sup> Ver LUKÁCS (2000).

- LÊNIN, V. I. (1974). Contenido económico del populismo y su crítica en el libro del señor Struve. México: Siglo Veintiuno Editores [Escritos Económicos (1893-1899)].
- LÊNIN, V. I. (1979) O imperialismo: fase superior do capitalismo (Ensaio Popular), in Obras Escolhidas de Lenine, Tomo 1, São Paulo, Alfa-Omega.
- LÊNIN, V. I. (1980). Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, São Paulo: Brasil Debates (Coleção Alicerces).
- LÊNIN, V. I. (1982). O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural (coleção Os Economistas).
- LUKÁCS, G. (1976). History and class consciousness: studies in marxist dialectics. 5<sup>a</sup> impressão. Cambridge/Massachusetts: The MIT Press.
- LUKÁCS, G. (2000). A defence of history and class consciousness: tailism and the dialectic. London/New York: Verso
- MALAGUTI, M. L. (2003). A luta dos servidores deve continuar? disponível no sítio <http://www.planeta.terra.com.br/educacao/Malaguti/index.htm>
- MELLO, J. M. C. de (1982). O capitalismo tardio, São Paulo: Brasiliense.
- MÉSZÁROS, I. (2003). O século XXI: socialismo ou barbárie? São Paulo: Editorial Boitempo.
- POLANY, K. (2000). A grande transformação: as origens da nossa época. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Campus.
- SOARES, P. T. P. L. (1992). Um estudo sobre Lenin e as defesas da reforma agrária no Brasil, mimeo., Tese de Doutorado (Economia), São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP).
- SOARES, P. T. P. L. (2003). “A propósito do chamado processo de substituição de importações”. In Formação Econômica do Brasil. Rego, J. M. & Marques, R. M. (orgs.). São Paulo: Saraiva.
- STIGLITZ, J. E. (2002). Globalization and its discontents. New York/London: W. W. Norton & Company, Inc.
- TAMBOSI, O. (1999). O declínio do marxismo e a herança hegeliana: Lucio Colletti e o debate italiano (1945-1991). Florianópolis: Editora da Universidade Federal da Santa Catarina.
- TAVARES, M. C. & BELLUZZO, L. G. M.(1982) “Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil”, in Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise, vol. 1, Coutinho, R. & Belluzzo, L.G.M. (orgs.), São Paulo: Brasiliense.

Pessimamente publicado na Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política ano 7, no. 14, junho de 2004, pp.71/88, pois não contém o sumário (retirado a pedido dos pareceristas) nem as cinquenta e quatro notas de roda-pé.